fiequimetal
Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Eléctricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas
CGTP INTERSINDICAL NACIONAL

Nota à comunicação social

Em defesa da central do Pego e de uma transição energética justa

A resolução dos problemas ambientais, em geral, e dos climáticos, em particular, não passa pelo encerramento atabalhoado de importantes unidades industriais.

Está decidido para o fim deste mês o fecho da central termoeléctrica do Pego, no concelho de Abrantes, mais um encerramento precoce de uma importante estrutura da indústria de energia, depois da central da EDP, em Sines, e da refinaria da Petrogal (Grupo Galp Energia), em Matosinhos.

Ainda é possível travar este novo crime social e económico, o qual, a concretizar-se, terá consequências desastrosas a nível regional e nacional.

Uma delegação da Fiequimetal, incluindo o seu coordenador, vai participar na acção que o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) leva a cabo **amanhã, sábado, a partir das 14h30, junto da Câmara Municipal de Abrantes**.

A central do Pego é uma unidade tecnologicamente avançada, que tem todo o potencial para continuar a contribuir para o aprovisionamento nacional em electricidade. O Governo, com as suas opções, é responsável pelas consequências de mais este encerramento injustificado!

Faz falta outro rumo

Exige-se medidas imediatas e eficazes que respondam à grande inquietação em que vivem os trabalhadores da central e as suas famílias, e também muito do comércio local, perante a ameaça de despedimentos a muito curto prazo e umas inconsistentes promessas de empregos num futuro indefinido.

Exige-se a alteração profunda da política que se diz de transição para novas fontes de energia, mas que está a deixar Portugal mais dependente, sem qualquer resultado positivo para o ambiente no Mundo.

Falta ao País uma estratégia energética que acautele o aprovisionamento seguro e a competitividade da economia, e, pior ainda, falta uma política de emprego socialmente responsável e sustentável.

É urgente retirar Portugal de um processo de transição energética neoliberal, decidido pela Comissão Europeia e que enquadra a imposição de uma descarbonização forçada, embora carregada de incertezas e de grandes preocupações.

Com o encerramento da central de Sines, **Portugal expôs-se, ainda mais, à instabilidade energética internacional e aos aumentos do preço da electricidade**, que todos os dias se fazem sentir. Sem a central do Pego, esta situação irá agravar-se.

Devido ao encerramento da refinaria em Matosinhos, verificou-se já a necessidade de **importar 40 mil toneladas de gasóleo**, por insuficiência da produção em Sines, face a um acidente lá ocorrido.

Nos últimos três meses, o saldo importador de electricidade situou-se acima dos 22%. A electricidade que é necessária, mas não se produz em Portugal, **é gerada em Espanha (e França), em centrais a carvão que emitem o dióxido de carbono que o Governo diz querer reduzir**.

Chantagem sobre a refinaria de Sines

A Galp diz que pretende uma parceria do Estado para a refinaria de Sines. Porém, o que se evidencia é uma chantagem, que resulta também da ameaça velada de esta refinaria ter um final idêntico à outra, caso não haja apoio público.
A refinaria de Sines é a maior e a mais importante instalação industrial do País e em situação alguma deve ser utilizada para jogos palacianos ou como moeda de troca.
Não se pode aceitar que a principal empresa de um grupo que, apenas este ano, já distribuiu aos accionistas 498 milhões de euros, recorra a ameaças para ter acesso a fundos públicos.
A Administração da Galp deve é garantir sem demoras a concretização do seu plano estratégico e deixar-se de manobras que apenas prejudicam o País e os trabalhadores, tal como prejudicam o futuro da Petrogal e do Grupo.

Uma transição que nada tem de justa

Em íntimo cambão com as grandes empresas privadas do sector energético, a agenda política do Governo privilegia um exacerbado combate às alterações climáticas. Dizendo querer colocar o País no pelotão da frente da Europa, a verdade é que a actual estratégia apenas **transfere o local de emissão de CO2**, ao mesmo tempo que **garante volumosas subvenções públicas ao oligopólio privado**.

Portugal necessita de energia acessível, segura e barata, para as famílias e para as empresas.

A real resolução dos problemas ambientais impõe a concretização de uma transição energética justa, que seja sustentável, social e economicamente, e equitativa, no plano internacional.

Portugal é apenas responsável por **0,15% das emissões** de gases com efeito de estufa a nível mundial. Não faz nenhum sentido empurrar o País para chegar a campeão climático, quando, **por exemplo, na Alemanha**, foram inaugurados, há pouco mais de um ano, novos grupos numa central em Dortmund e vai continuar a ser produzida electricidade a partir de carvão até 2036!

As **fontes renováveis de energia** são importantes, mas, por si só, não são suficientes para garantir o aprovisionamento estável da electricidade necessária a Portugal hoje e no futuro.

Note-se ainda que estas fontes **são exploradas por empresas privadas que ostentam lucros colossais, à custa da subsidiação suportada pelos consumidores**. Em boa verdade, estamos perante um escandaloso esbulho ao povo português.

Milhares de postos de trabalho estão já directa e indirectamente extintos ou ameaçados.

As promessas de futuros empregos «verdes» não resolvem os problemas concretos já existentes. As vidas dos trabalhadores e das suas famílias não podem ficar congeladas à espera de um futuro incerto e sem prazo.

O Secretariado da DN da Fiequimetal
12 de Novembro de 2021

Contacto para declarações
Rogério Silva (coordenador da Fiequimetal/CGTP-IN): **918 210 831**